

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MESTRADO

IDENTIFICAÇÃO: Wilson Junior Weschenfelder

Data: 27.04.2007

DISCIPLINA: Organização do Espaço e Territorialidades

PROFESSORA: Dr^a. Virgínia Elisabeta Etges

RESENHA

No livro Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul o autor destaca vários fatores naturais que influenciaram o povoamento do Rio Grande do Sul. Nesta discussão Bernardes divide o Estado em unidades morfológicas sendo: o Litoral, as Serras do Sudeste, a Depressão central, a Campanha, o Planalto e a Encosta. Também apresenta cada unidade e descreve-as com detalhes da sua geografia, morfologia, geologia e cita até a vegetação predominante.

Cita que os primeiros povoadores do Estado foram os portugueses criadores de gado, pois até 1737, havia somente os missionários no planalto e a movimentação de índios e gado alçado no litoral. O início do povoamento ocorreu após a fundação de um posto fortificado onde é atualmente Porto Alegre, sendo que não havia tendência ao adensamento.

A partir de 1750, com a instalação da fortificação em Rio Pardo iniciou-se as propagações das estâncias pelo interior do Estado, sendo que ao nordeste, a ocupação foi realizada por paulistanos através das estâncias missioneiras. Já na Campanha e na Serra do Sudeste, os povoamentos estavam ligados aos ciclos de guerra.

O autor destaca que por um longo tempo “a atividade pastoril continuava ser a única preocupação desses povoadores”, sendo assim, as terras com matas permaneciam inaproveitadas. Posteriormente, com os açorianos, iniciou-se alguma produção agrícola com trigo em áreas de campo e, mais tarde, houve uma pequena penetração na mata para a coleta de erva-mate.

Segundo Bernardes, as povoações existentes no Rio Grande do Sul estavam localizadas no campo ou em bordas da mata, sendo assim, as terras florestais permaneciam intactas. Mas esta situação se alterou com a vida dos alemães, onde em 1824, é fundada a colônia de São Leopoldo que, com o passar do tempo, foi progredindo para as áreas de mata da Encosta.

Inicia-se aí, novamente, uma corrida por terras para a ocupação, o que gerou especulação e tomada de áreas sem haver título, ocorrendo a colonização sobre “troncos de árvores abatidas”.

Com o cessar da imigração alemã em 1859, iniciou-se, em 1874-75, a colonização por italianos que vieram a ocupar as áreas com pinheiros da Encosta até a borda do Planalto, recebendo pequenas propriedades. Mas posteriormente a ocupação mista ocorreu em demais áreas como a oeste de Santa Maria e nas matas do Alto Uruguai, sendo acelerado com a construção da ferrovia.

Conforme Bernardes, os modos de ocupação do Rio Grande do Sul “subordinaram-se sobretudo às possibilidades de aproveitamento imediato que a natureza das terras oferecia”, sendo que nas áreas de campo predominou a pecuária e nas áreas de mata se desenvolveu a agricultura. O autor também destaca que a manutenção dessa dissociação foi prejudicial, pois “poderiam tirar maior proveito de suas terras, onde o solo se mostrasse favorável, elevando ainda mais o nível da sua produção pecuária e crescendo-a da produção agrícola”.

Apesar deste aspecto negativo, Bernardes cita no povoamento das áreas de matas que se apresentou toda a vitalidade, dinamismo e pujança econômica e que criaram “uma variedade de interesses artesanais, industriais e comerciais expressando-se muito bem pelas características da população urbana”.

No capítulo A “Revolução Verde” do livro Modernização da Agricultura, o autor Argemiro Jacob Brum informa que sobre os poderosos interesses econômicos e políticos que essa revolução criou para o fortalecimento das corporações rumo à transnacionalização. Este processo, introduzido de fora para dentro, foi compartilhado com o poder público através de seus órgãos.

Segundo Brum, “a substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais de expansão dos negócios das grandes corporações econômicas”, dominando as pesquisas agrícolas e aumentando ainda mais a dependência dos países subdesenvolvidos.

No capítulo seguinte, destaca a deficiência da atividade agrícola onde somente havia duas opções para isso: a reforma agrária e a modernização. Também trata do processo que desencadeou os latifúndios e os minifúndios na Brasil, onde o primeiro por ser mal aproveitado e o outro pelo tamanho insuficiente.

Referente a reforma agrária, em 1821 já havia sido notado esta necessidade por José Bonifácio, Joaquim Nabuco e, posteriormente, com Getúlio Vargas. Com a ditadura militar o assunto se manteve sepultado, mas foi retomado em 1978 e teve o problema desvirtuado e qualificado como questão de segurança nacional.

No Planalto do Rio Grande do Sul, a agricultura tradicional era realizada em antigas áreas de mata, já citado por Bernardes, com objetivo principal de alimentar a família e com o excedente, para o comércio. Com esse excedente, Brum cita que era utilizado para comprar as necessidades e artigos que não eram produzidos na propriedade, desenvolvendo a integração local a nível municipal e regional.

O autor trata que esta agricultura tradicional declinou-se após a Segunda Guerra Mundial gerando uma migração de gaúchos para outros estados e desencadeando a modernização do Planalto gaúcho, onde no Rio Grande do Sul o arroz foi o primeiro cultivo a se modernizar.

Logo, foi introduzido a estratégia da modernização tecnológica da produção com vistas à exportação. Esta modernização teve início com o trigo e posteriormente com a soja, mas este quadro se alterou, com a vulnerabilidade do trigo e da soja, iniciou-se a diversificação agrícola com a integração da lavoura com a pecuária, processo denominado de modernização conservadora da agricultura.

Com o tempo, a fertilidade do solo decaiu e, conseqüentemente, com a introdução da agricultura moderna estes problemas se acentuaram e levando a introdução de novas práticas de conservação do solo. Com a mecanização da lavoura e seu rápido crescimento, aumentou-se o custo do plantio que desencadeou problemas no setor, mas reativado na metade da década de 80.

No trabalho Desenvolvimento Regional, Cultura política e Capital Social desenvolvido por Pedro Silveira Bandeira e Benedito Tadeu César para subsidiar a atividade parlamentar no Rio Grande do Sul, trata de como compreender os fatores que determinam as desigualdades no Estado.

Destaca também que mesmo com a quantidade de informações existentes sobre as desigualdades do Estado, estes dados não eram o suficiente. Este trabalho também busca entender as questões sócio-culturais que determinam o “estoque de capital social”. Através de questionários baseadas em diversas pesquisas de capital social, valores e cultura política, executadas por diversas instituições internacionais.

Este trabalho divide o Estado em quatro macro-regiões, agregando 22 regiões de Coredes, definidos por diversos processos que definiram as características sociais, econômicas e culturais do Estado.

Como conclusão deste trabalho, a equipe técnica cita que os dados não podem dar resultados explicativos das desigualdades, mas pode delinear traços gerais. Uma delas é a inadequação da divisão em região sul e norte, mas sim, deveria ser divididos em quatro grandes unidades territoriais. Demonstra a importância do capital social para o desenvolvimento endógeno, mas também o inverso, onde o rápido crescimento pode minar o capital social e enfraquecer os padrões de convivência social.

Desta forma, observa-se a contribuição que estes três trabalhos trazem ao desenvolvimento regional, pois, primeiramente, deve-se entender as questões históricas e culturais que estão associadas ao crescimento social, econômico e ambiental do Estado. Entende-se que a escolha dos autores se faz pertinente visto que tratam das questões fundamentais que caracterizam alguns dos problemas que atualmente são enfrentados para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí. 1997.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes. 1988. p. 44-89.

BANDEIRA, P. S. ; CÉSAR, B. T. . *Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social - Pesquisa Empírica Como Subsídio à Atividade Parlamentar no Rio Grande do Sul*. Relatório de Análise dos Resultados. 2001. (Relatório de pesquisa). Disponível em: www.al.rs.gov.br/download/desenv_regional/pesquisa.pdf Acessado em: 21 abr. 2007.